



A BAZUCA ESTÁ MAIS PERTO DE PORTUGAL, MAS QUE OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS?

No passado dia 22 de abril, o Governo português apresentou à Comissão Europeia a versão final do Plano de Recuperação e Resiliência (“PRR”), que reflete as interações mantidas com a Comissão nos últimos meses e os contributos resultantes da consulta pública lançada em 15 de fevereiro último.

Portugal tornou-se, assim, o primeiro Estado-membro da UE a submeter a versão final de PRR à apreciação da Comissão, que terá agora um período de até 2 meses para realizar a sua análise, ao qual se seguirá um período de até 4 semanas para aprovação por parte do Conselho.

Sendo certo que só quando estes passos estiverem concluídos é que Portugal poderá receber o primeiro “cheque” da chamada “bazuca”, o Governo transmitiu, entretanto, a expectativa de que tal poderá concretizar-se até ao final do primeiro semestre de 2021.

O PRR agora apresentado introduz algumas novidades à versão anterior, submetida a consulta

pública, tanto no que concerne aos investimentos dirigidos ao setor público (e.g. prevendo novas componentes dedicadas ao mar ou à cultura), como também no que respeita ao montante total diretamente alocado às empresas, o qual sofreu um aumento relevante, ainda que maioritariamente resultante de um reforço da componente de empréstimos, com vista à capitalização do tecido empresarial nacional.

No geral, o PRR promete injetar 16.644 M€ na economia nacional, através de uma estrutura que assenta em três dimensões de intervenção: Resiliência (11.125 M€), Transição Climática (3.059 M€) e Transição Digital (2.460 M€).

No total, estas 3 dimensões comportam 20 Componentes, que, por sua vez, se desdobram em diversos programas de investimentos (77) e reformas (36), em diferentes setores.

No que concerne às oportunidades expressamente previstas para o setor privado, há a destacar as seguintes rubricas:

Dimensão	Componente	Principais Investimentos
RESILIÊNCIA	C5 – Capitalização e inovação empresarial (2.914 M€)	<p>Com o objetivo de aumentar a competitividade e a resiliência da economia e capitalizar empresas economicamente viáveis, estão previstos os seguintes investimentos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento (1.550 M€ - <i>empréstimos</i>) • Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial (558 M€) • Agendas/Alianças Verdes para a inovação empresarial (372 M€)
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA	C11 – Descarbonização da Indústria (715 M€)	<p>Esta componente visa a descarbonização do setor industrial e empresarial e a promoção da mudança de paradigma na utilização dos recursos, através de investimentos em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos e tecnologias de baixo carbono na indústria • Adoção de medidas de eficiência energética na indústria • Incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia • Apoio à capacitação das empresas e elaboração de instrumentos de informação
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA	C12 - Bioeconomia Sustentável (145 M€)	<p>Tem como objetivo acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, através da incorporação de materiais de base biológica (em alternativa às matérias de base fóssil) em três setores de atividade económica nacional: têxtil e vestuário, calçado e resina natural.</p>
TRANSIÇÃO DIGITAL	C16 – Empresas 4.0 (650 M€)	<p>Com o objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, preveem-se os seguintes investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação Digital das Empresas (100 M€) • Transição Digital das Empresas (450 M€) • Catalisação da Transição Digital das Empresas (100 M€)

Não se pode deixar de ressaltar que a concretização de cada um desses programas de investimentos e de reformas requererá, ainda, a aprovação de regulamentos específicos por parte do Governo, o que é expectável que ocorra nos próximos meses.

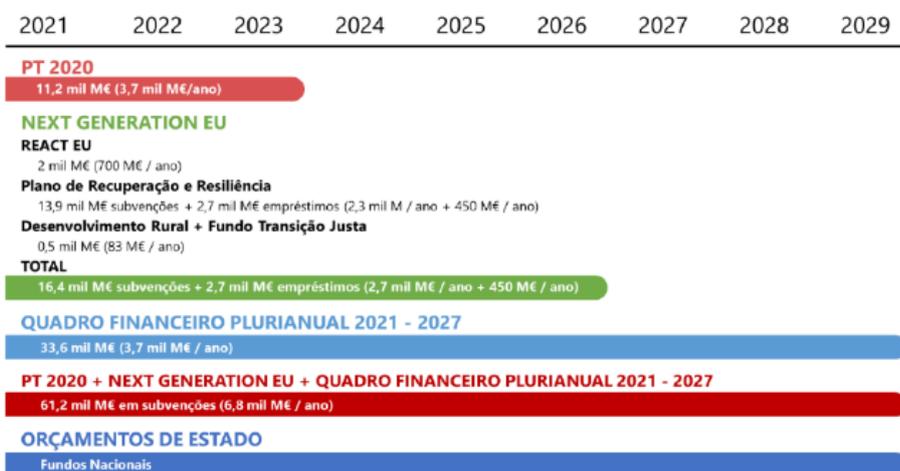
Para além dos apoios especificamente dirigidos ao setor privado, é de notar ainda que a execução de diversos investimentos previstos para o setor público exigirá o recurso à contratação pública, o que, indiretamente, acabará por ter um impacto positivo em muitas empresas.

Finalmente, há ainda a destacar que o PRR está longe de esgotar o universo de fundos europeus que chegarão a Portugal nos próximos anos, e que poderão beneficiar o setor privado. Será o caso do Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027, assim como o Portugal 2020, do qual ainda existem verbas disponíveis. De acordo com a informação constante o PRR, estão previstos os seguintes montantes e calendário para os diversos instrumentos:

Sumário Executivo



Figura 1. Calendarização 2021-30: Financiamento das Medidas de Investimento Económico e Social



Fonte: PRR, página 3.

Podemos, pois, concluir que, durante a próxima década, não só o setor público, mas também as empresas poderão beneficiar de diversos instrumentos de financiamento, que, espera-se, ajudarão à modernização e transição digital e ecológica da economia e do país. No entanto, muito terá ainda de ser concretizado nos próximos meses quanto aos tipos de projetos a apoiar e aos beneficiários concretos.

Esta Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas, não devendo a informação nela contida ser usada para qualquer outro fim ou reproduzida, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da SRS. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: srsglobal@srslegal.pt

